



DETALHE DO QUADRO A TRANSFIGURAÇÃO, DE RAPHAEL

Representação de Jesus subindo aos céus: data da Páscoa define o Carnaval

Na terra como no céu

Calendário e datas religiosas cristãs são calculados com base na astronomia | NELSON MARCOLIN

Duas das principais festas religiosas brasileiras ocorrerão este ano na mesma data da maior festa pagã do país.

As homenagens a Iemanjá, adorada pelos adeptos do candomblé e da umbanda, e a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, tradição secular católica, coincidirão com o início do Carnaval, no dia 2 de fevereiro. A justaposição de datas é considerada indesejada por todos, mas não há o que fazer. As datas religiosas cristãs foram criadas, no passado, para serem comemoradas próximas ao equinócio da primavera do hemisfério Norte. É, portanto, por meio de uma ciência, a astronomia, que se calculam os dias desses eventos, embora a determinação para que assim fosse tenha ocorrido no ano 325 d.C., durante o Concílio de Nicéia, na Turquia, a primeira reunião ecumênica do cristianismo.

A data da Páscoa foi definida no concílio como “o primeiro domingo após a primeira Lua cheia que ocorre depois ou no equinócio da primavera boreal, adotado como 21 de março”. O equinócio ocorre quando o Sol incide diretamente sobre o equador iluminando simetricamente os hemisférios Norte e Sul – equinócio de primavera para o hemisfério que vai do inverno para o verão e equinócio de outono para o hemisfério que vai do verão para o inverno. Por uma série de motivos definidos no concílio, nem sempre a data da Páscoa coincide exatamente com

a que seria obtida se a definição seguisse critérios puramente astronômicos. Por isso, o dia de 21 de março estabelecido em Nicéia é chamado de Equinócio da Primavera Eclesiástica.

Desde o concílio de 325 até 1582, quando o papa era Gregório XIII, se passaram 1.257 anos. O problema é que a cada 125 anos, por razões astronômicas, a primavera real começava um dia antes do dia definido pela Igreja. Tal discrepância entre o equinócio real e o eclesiástico levou a um atraso de cerca de dez dias em 1.257 anos. Matemáticos e astrônomos já vinham pedindo a correção do calendário juliano, então em vigor. Até que em 1563 o Concílio de Trento, na

Itália, determinou a reforma do calendário, levada a termo por Gregório XIII, eleito em 1572. Além das razões práticas, havia uma

importante motivação religiosa.

Entre a Quarta-feira de Cinzas e a Páscoa era proibido comer carne, ato considerado herético pela



REPRODUÇÃO

Igreja Católica da época. “Como a Páscoa era definida pelo Equinócio da Primavera Eclesiástico, que nem sempre era a mesma data do equinócio real astronômico, os católicos poderiam ter comido carne quando não deveriam”, explica Roberto Dias da Costa, pesquisador do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo (IAG/USP). “Foi para evitar pecados futuros que a Igreja reformulou o calendário então vigente e estabeleceu uma distância segura entre os dois eventos.” Definiu-se que o domingo de Carnaval cairia sempre no sétimo domingo que antecede o domingo de Páscoa.

A reforma do que ficou conhecida como calendário gregoriano foi feita sob a orientação do astrônomo Luigi Lilio, de seu irmão Antonio e do matemático alemão Christoph Clavius. Quando entrou em vigor, o novo calendário suprimiu dez dias do mês de outubro de 1582. Ao dia 4 seguiu-se o dia 15 para fazer coincidir o equinócio de primavera com o dia 21 de março. O calendário juliano, introduzido em 45 a.C. pelo imperador romano Júlio César, já havia sido instituída a inclusão de um dia adicional a cada quatro anos – o ano bissexto – para que a duração média do ano fosse de 365,25 dias, mais perto da duração verdadeira do ano solar. O calendário gregoriano define a duração média do ano como sendo 365,2425 dias, ainda mais perto do ano trópico de 365,242199 dias (ou 365 dias, 5 horas, 48 minutos e 45,967 segundos).



Ilustração de J. Carlos sobre o Carnaval e Gregório XIII (acima): convivência pacífica entre o sagrado e o profano